

ATA N.º 7/2019

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 1 DE FEVEREIRO DE 2019

Ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano dois mil e dezanove, nesta cidade de Peniche e Sala de Sessões dos Paços do Município, com a participação dos Excelentíssimos Senhores Henrique Bertino Batista Antunes, Presidente, Mark Paulo Rocha Ministro, Vice-Presidente, Ana Rita Trindade Petinga, Filipe Maia de Matos Ferreira Sales, Cristina Maria Luís Leitão, Jorge Manuel Rosendo Gonçalves e Rogério Manuel Dias Cação, Vereadores, reuniu-se, extraordinariamente, a Câmara Municipal de Peniche, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1.º - Ordem do dia: -----

-----Ponto único - - Revisão do Plano Diretor Municipal – Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-----

----- 2.º - Aprovação da minuta da ata. -----

A reunião foi aberta, pelo senhor Presidente, eram dez horas e quinze minutos, encontrando-se na sala os sete elementos que compõem a Câmara Municipal de Peniche. -----

A reunião foi interrompida entre as treze horas e seis minutos e as catorze horas e quarenta e cinco minutos.-----

O senhor Vice-Presidente, Mark Paulo Rocha Ministro, e o senhor Vereador Rogério Manuel Dias Cação, não participaram na reunião no período da tarde. -----

Estiveram presentes os senhores: Inês Lourenço, Secretária de Apoio à Vereação durante toda a reunião, Ana Carriço, Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, em regime de substituição, Alexandra Tormenta e Ângela Santos, Técnicas Superiores de Urbanismo da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, e Jorge Carvalho e Gil Ribeiro da empresa Jorge Afonso Carvalho, Urbanísticas, L.^{da}, durante toda a reunião. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Câmara passou a apreciar os assuntos constantes da ordem do dia, tendo tomado as seguintes deliberações que, quando não sejam indicados outro resultado e forma de votação, foram tomadas por unanimidade e votação nominal:-----

DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA:

Ponto único - Revisão do Plano Diretor Municipal – Pelouro do Planeamento e Urbanismo: --

Deliberação n.º 156/2019: O senhor **Presidente da Câmara** informou que a reunião com os Autarcas da Freguesia de Ferrel, que estava prevista para este dia, não se poderia realizar. Deu conta que as reuniões eram para apresentação do trabalho que estava feito e das propostas, aos Autarcas das Juntas de Freguesia de Peniche, de Ferrel e de Atouguia da Baleia, e Assembleia de Freguesia, no caso da Serra d'El-Rei, haverá, apenas, uma reunião nos Paços do Concelho, porque aquela entendia que não teria que alargar à Assembleia de Freguesia, não havendo qualquer impedimento à participação dos senhores Vereadores nas reuniões, caso entendessem fazê-lo. Disse que as datas previstas eram, Freguesia de Ferrel, dia 1 de fevereiro de 2019, Freguesia de Atouguia da Baleia, dia 2 de fevereiro de 2019, pelas 15 horas, no auditório da Sociedade Filarmónica União 1.º Dezembro de 1902, Freguesia de Peniche, dia 8 de fevereiro de 2019, pelas 18 horas, na Junta de Freguesia de Peniche e Freguesia da Serra d'El-Rei, dia 8 de fevereiro de 2019, pelas 21 horas, no edifício dos Paços do Concelho. O senhor professor **Jorge Carvalho**

disse que em função do que viesse a ser o plano estratégico, que a Câmara encomendou, e que deveria aprovar depois de, em termos das propostas do plano, o desenvolvimento não era igual, portanto, tudo o que tinha incidência territorial física e, sobretudo, que depois tinham consequências mais edificatórias e urbanísticas, teriam desenvolvimentos superiores porque eram as competências mais diretas da Câmara e era matéria mais específica que, de acordo com a lei deveria integrar planos de ordenamento do Território. O senhor **Presidente da Câmara** disse que o plano estratégico vinha, obrigatoriamente, enriquecer aquele documento, que tinha que ver com os objetivos, programas e ações. Referiu a questão do percurso modos suaves, que tinha que ver com o sistema dunar, que, inclusivamente, já estava desenhado, como proposta, em planta, onde se falava da frente Atlântica Norte e Sul, na ligação à Atouguia da Baleia e, na sua opinião, as mais diferenciadoras seriam a Baía Norte, a Baía Sul e, também, as transversais, que eram as três que estavam no POC-ACE, com mais uma que estava trabalhada, que era a ligação da portaria Norte do Parque Municipal de Campismo e Caravanismo de Peniche. Referiu a perpendicular à Avenida do Mar, Avenida da Praia, até ao Baleal, pelo menos até à zona do Sol Village I, Balealcoop, que estava desenhada, e outra, da estrada, antes de se chegar aos Supertubos, até à Consolação. Disse que o roteiro tinha de ser assumido, como o que estava à volta do rio, com outras propostas existentes, que seria um roteiro de modos suaves, que teria de ser refletido para o documento, que deveria, também, refletir uma aposta, que não foi aprofundada, que tinha que ver com uma perspetiva cultural e com aspetos de oferta, diferenciadora, daquilo que seriam equipamentos ou diárias de propósitos que, inclusivamente, alguns deles foram aprovados, em termos de candidatura, e que mesmo sendo considerados de menor importância, poderia, em conjunto com o Museu Municipal, quando estivesse decidido o que seria, o museu que está previsto para a Consolação, a reabilitação de um espaço que tinha que ver com o naufrágio do *San Pedro de Alcantara*, a questão do Morraçal da Ajuda e outros prováveis espaços e equipamentos que, em termos de património cultural, iriam passar a ser diferenciadores, em termos do concelho, particularmente da cidade, que, também, deveriam merecer outro relevo. Disse que se teria que definir quem se iria contratar para a questão, no que dizia respeito à agricultura, porque pode ficar até ao fim, como num ou outro aspeto dos trabalhos do PDM, que tinham que ser contratados e que não estão a ser desenvolvidos. Disse que os objetivos foram enumerados, referindo que, em termos de programa, poderiam ir aos pormenores, para ver o que cada um poderia dizer e, caso pretendesse, fazer outras propostas que, de certeza, iriam surgir. O senhor professor **Jorge Carvalho** disse que o documento que estava na posse dos senhores Vereadores, era a caixa que permitiu agrupar os programas e as ações, por um lado, existiam objetivos que se desdobravam em programas e em ações, havendo, inclusive, orientações de como executá-las. Disse que aquilo que o senhor Presidente da Câmara referiu eram elementos que constavam na proposta, que alguns dos elementos, de alguma forma, se encontravam em vários objetivos e era por isso que, por vezes, o número seria o mesmo. O senhor Arquiteto **Gil Ribeiro** disse que a estrutura ecológica era definida no PDM e o próprio regulamento concretizava a sua defesa, naquele caso, a defesa da frente Atlântica e das Berlengas, foram organizadas em quatro programas, numa atitude generalizada de proteção, que tinha a ver com a qualificação daquele espaço, como espaços naturais, outro com a desvalorização da costa, que no caso, era dividido por áreas. Disse, ainda, que eram as próprias arribas da Península, a frente Atlântica Norte e a Frente Atlântica Poente, e cada uma delas tinha várias ações. Começando pela costa da Península de Peniche, disse que existia a ideia da questão de um percurso que fizesse todo o perímetro que incluía, também, as ações de disciplina de estacionamento e de qualificação. Referiu que era um projeto que já fazia parte, mas se fossem para a execução do POOC, que já foi proposto e que deveria ser desenvolvido, com a articulação da APA e da Câmara Municipal. Disse que o projeto da Papôa centrava, também, dentro da valorização da costa, onde se propunha que houvesse uma operação, de iniciativa municipal e que envolvesse os proprietários, de forma a reorganizar e estruturar, passando pelo

porto. Referiu o projeto da área do Abalo, cuja execução, iria ser proposta a uma entidade de execução, indemnizado pela Câmara. Deu conta que havia a definição de uma intervenção, tanto na zona do Santuário dos Remédios, como na zona do Politécnico, que passasse, desde logo, pela qualificação, pela oferta de estacionamento, pela valorização patrimonial do Santuário dos Remédios que, naturalmente, sendo uma operação que deveria ser de iniciativa Municipal e, no caso, envolver a participação dos proprietários. Em relação ao Cabo Carvoeiro, que era um dos lugares mais visitados de Peniche, a proposta seria qualificar o espaço público e, no caso, a execução seria uma operação a cargo da Câmara. Em relação ao Porto da Areia Sul, disse que já foi discutido, tendo sido a proposta, a preparação de um concurso público pela Câmara Municipal e pela Docapesca. Disse que a valorização das outras frentes, a Norte e a Poente, incluíam, ambas, os percursos de modos suaves, que o senhor Presidente referiu, que eram operações, naturalmente, a cargo da Câmara, mas, também, passavam pela intervenção no Baleal, qualificadora, bem como, pela qualificação do estacionamento da Consolação e do Parque Verde, em São Bernardino, e o aproveitamento patrimonial do Convento que lá existe. Dentro do objetivo da qualificação ambiental, existia o objetivo da qualificação dos elementos a custos, que se dividiam em três programas. O senhor **Presidente da Câmara** disse que, na sua opinião, se poderia fazer refletir o objetivo, de uma forma mais acentuada, de proteger o sistema Dunar, das duas frentes, e de assumir como propósito, como ação, a construção de percursos de modos suaves, de sistemas sobre-elevados, como estava referido, deveria ser realçado o propósito de defender o sistema Dunar, porque se podia e devia utilizar como argumento o PDM e quando se trabalhar, para além dos projetos dos percursos de modos suaves, deveriam, também, defender, ao mesmo tempo, que um dos objetivos da construção daqueles percursos, tinha que ver com a defesa do próprio sistema Dunar, que poderia servir de argumento, junto das entidades, quer fosse públicas ou privadas, de querer convencê-las a ajudar a suportar os custos daquelas infraestruturas. Referiu que o Município de Peniche tinha, assumidamente, aquele propósito, que pretende construir e uma das razões para o fazer era porque nem em todas as zonas seria possível prever, logo, a defesa do sistema Dunar e como existe, inclusivamente, em outros países e, também, em alguns locais do país, que ao mesmo tempo que os municípios avançavam para a construção daqueles percursos, promoviam o isolamento, a vedação e a proteção do sistema Dunar, que, na sua opinião, deveria estar realçado, porque podia parecer um mar de intenções, que seriam objetivos, ações que se preveem, mas se se concentrar e realçar aquela que podia estar mais próxima, podia ajudar na argumentação, até porque se falou com a senhora Secretária de Estado, como propósito do Município, que podia ser uma aliada, em termos de Governo. Disse que o Município tinha de defender nos próximos anos, a sua execução que, na sua opinião, a proteção do sistema Dunar era uma das frentes importantes que, de facto, se poderia e deveria questionar, devendo colocar-se como objetivo principal. Disse ter sido sempre defensor de soluções de percursos de modos suaves, que evitem vandalizar as dunas, que fazia com que elas, a pouco e pouco, fossem desaparecendo, recordando que Peniche já foi uma terra com grandes dunas. Disse que era adepto dos passadiços, que, atualmente, eram soluções utilizadas em muitos locais, nomeadamente em zonas de mar, parecendo-lhe ser uma preocupação importante, que deveria ser registada. O senhor Arquiteto **Gil Ribeiro** disse que, dentro do objetivo da qualificação ambiental, está o sub-objetivo da defesa dos elementos fluviais acústicos. Disse que, naturalmente, teria de haver um programa, que fosse a aplicação regulamentar, que defendesse todos os percursos de água. Deu conta que haviam dois outros programas, onde se destacavam, a zona de maior infiltração do Tombolo de Peniche, na zona que acumulou sedimentos e que criou a Península, que a questão da qualificação do usufruto das margens, incluía o desenvolvimento de um percurso, mas, também, a dinamização de uso desportivo e da oferta turística nas suas margens, condicionada aos valores de proteção. O senhor **Presidente da Câmara** disse que o propósito do Centro de Canoagem era viabilizar a possibilidade de ser construído um equipamento na margem Norte, seria dar uma abertura, junto

da APA e de outras entidades. Em relação à defesa generalizada das margens pluviais acústicos, disse que seria uma questão de aplicação regulamentar, mas existe uma candidatura submetida, para construir o acesso pedonal com uma ponte. Disse que havia o propósito que, de alguma forma, estava a ser trabalhado com os acessos pedonais e cicláveis, que os serviços da Câmara, foram trabalhando, em termos de projeto. Disse que talvez se devesse acentuar a necessidade de não proteger, apenas, mas, também, requalificar as margens, não devendo a Câmara assumir essa requalificação, devendo ir-se, um pouco mais além, como outros concelhos têm feito. O senhor Arquiteto **Gil Ribeiro** disse que já estava consagrado, no próprio plano da Albufeira, e continuava a estar consagrado na transposição. Em relação à questão da Foz, disse que podia ser uma ação, que tanto poderia ser acrescentada, no âmbito do programa da defesa do Tombolo, que poderia ser uma ação concreta, a acrescentar àquele objetivo e, dentro do objetivo ambiental, referiu que existia o objetivo da mitificação de riscos, onde existia a ação generalizada das condicionantes, que eram aplicadas no regulamento. Disse, ainda, que nas ações específicas existia a desativação das zonas perigosas da Marginal Norte, por ser uma urgência, e a estabilização das arribas, que seria uma das ações que a própria APA pudesse assumir no POOC. O senhor **Presidente da Câmara**, em relação à Marginal Norte, disse que talvez fosse mais correto, assumir a deslocalização da atual Marginal Norte, do que estar como a sua desativação. O senhor Vereador **Rogério Cação** disse que, para si, a ideia não era desativá-la, mas dar-lhe uso, porque seria diferente desativar do que criar um percurso alternativo e dar-lhe outro uso. O senhor **Presidente da Câmara** disse que o propósito era deslocalizar o uso rodoviário, atual, da Marginal, para dentro e, na medida do possível, requalificá-la para um percurso de modos suaves, que seria pedonal e ciclável, não tendo que ser, obrigatoriamente, toda a área, devendo ser trabalhada a forma para o fazer. Disse que o interior da Marginal seria aproveitado para os dois percursos e o exterior, na parte junto às arribas, seria requalificada e trabalhada de outra forma. Disse que seria interessante assumir que aquele era o objetivo do Município e da Câmara Municipal, o de fazer uma estrada nova e mantendo a outra. O senhor arquiteto **Gil Ribeiro** disse que o último objetivo da qualificação ambiental da promoção da sustentabilidade, se organizava em três programas, a eficiência energética dos edifícios públicos, naquele caso Municipais, a sensibilização generalizada da povoação, para todos aqueles assuntos e a qualificação da mobilidade. Disse que, em relação aos edifícios Municipais, se fazia um levantamento do que se poderia melhorar, nos edifícios, que seriam ações pontuais, que o Município poderia ir fazendo. Relativamente à sensibilidade generalizada da povoação, disse que a proposta era para que houvesse uma ação de sensibilização das pessoas, para as questões ambientais, e que fosse, também, uma ação de iniciativa Municipal. Disse que toda a qualificação da mobilidade, deveria ter como um dos princípios, a descarbonização e a sustentabilidade energética, portanto, não se poderiam fazer ações, dentro da mobilidade, sem esquecer aqueles princípios e, no caso, existia a questão dos percursos, que promoviam a mobilidade no quotidiano, relativamente à melhoria dos transportes públicos, do estudo que já foi proposto e da proposta que já existia, do transporte público sazonal, de ligação às praias, que era a altura de maior stress para o Município. O senhor **Presidente da Câmara** disse que, em relação à campanha de sensibilização que era proposta, o objetivo, mais do que uma campanha, era um plano, tanto em relação àquela como as outras, que tinha de ser estudado, mas deveria ter como objetivo, ter um plano, sendo recorrente, na avaliação que os senhores vereadores têm feito, reforçar a preocupação que existe em alguns planos do passado, porque o Município não podia viver sem planos. Disse que teria que haver um plano para a sustentabilidade ambiental e que, provavelmente, se iria chegar a um momento em que a Câmara teria de ter alguém com aquela especialidade, em relação ao ambiente, devendo existir um plano de sensibilização, para a formação da população, naquele sentido. Referiu que era seu objetivo, fazer um estudo para a melhoria dos transportes, que teria sempre um plano, porque seria mais um estudo, e caso se faça, e se os Órgãos Municipais discutirem com a profundidade que merece,

referindo-se à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal. Disse que seriam estudos feitos, naturalmente, com empresas, em relação aos transportes públicos, e, no concreto, de transportes públicos, sazonal, de ligação às praias. Disse, ainda, que seria um plano que, se bem aproveitado, não seria mais um, seria o aprofundar dos objetivos, a consciencialização das pessoas, para mudar os comportamentos de todos nós, no propósito de proporcionar às pessoas, quando chegassem à cidade, terem um espaço de estacionamento, para deixar os carros, se o quisessem, tendo transportes alternativos. O senhor Vereador **Rogério Cação** disse que, na sua opinião, o grande objetivo estratégico deveria ser sustentado num programa e não num plano, que teria vários planos, porque a questão da sustentabilidade energética e da descarbonização, era um domínio que tinha várias dimensões, e qualquer ação que se fizesse deveria ser articulada com outras ações, que concorressem para o mesmo objetivo. Defendeu que a ideia deveria ser, não propriamente, fazer as coisas de modo quase que compartimentado, mas construir um programa, que respondesse, depois, às várias necessidades, com planos diferenciados, mas com planos que, entre si, se complementam e são sinérgicos, do ponto de vista do resultado que se pretende obter, que era a sustentabilidade energética de descarbonização. Disse, ainda, que podia implicar o envolvimento de especialistas e, na sua opinião, seria um desperdício envolver especialistas na elaboração de um plano, quando podiam ser envolvidos na elaboração de um programa mais vasto que, eventualmente, contemplasse as várias dimensões da intervenção. Disse que quando se falava da sensibilização da população, se fala de várias dimensões de sensibilização, que poderiam começar nas escolas, no Pré-Escolar e ir até aos utilizadores industriais, que eram modelos de sensibilização, que têm, não só características como estratégias, metodologias, como até ferramentas diferentes, que caberia tudo dentro de um programa, parecendo-lhe que deveria harmonizar tudo, sequenciá-las, e, de alguma maneira, distribuí-las no tempo por não ser algo que se fizesse em pouco tempo. O senhor professor **Jorge Carvalho** disse que, em relação a transportes, os planos não tinham efeitos regulamentares, relativamente aos transportes, disse que deveria ser feita a elaboração de um plano para a melhoria, no que dizia respeito à sensibilização da população, na sua opinião, o essencial era a campanha que pressupunha um plano da campanha. Referiu que propunha a conceção e implementação de uma campanha de sensibilização, que tinha de ser concebida e tinha de ter um programa de ação e de sensibilização, porque, assim, não se fazia campanha nenhuma, referindo que se teria de adaptar a linguagem, para se ser mais preciso, estando completamente de acordo. O senhor Arquiteto **Gil Ribeiro** disse que o fomento da atividade económica estava organizado em quatro objetivos. Disse que o primeiro era o reforço da qualificação da oferta turística que tem cinco programas propostos, o primeiro seria a criação do Posto de Turismo Regional, que foi apresentado na última reunião, e que se concretizava, desde logo, na construção do edifício de estacionamento, mas que também passava pela oferta de transporte público, de ligação às praias, para que as pessoas deixassem o carro e fossem de transporte público até às praias ou a outras atrações municipais, e a oferta de aluguer de bicicletas, e que o Posto Regional, estivesse intimamente ligado a toda a rede de percursos de modos suaves. O segundo programa seria o fomento de empreendimentos turísticos ou culturais, em lugares específicos, onde aparecia a primeira repetição, desde o Porto da Areia Sul, que já tinha aparecido na qualificação das Arribas da própria península, a frente marítima do Baleal, a criação da área turística dos Casais de Mestre Mendo, a potenciação do Convento de São Bernardino, a potenciação do património do Paço, da Serra d'el Rei e a potenciação do Castelo de Atougua da Baleia, tudo, dentro do património cultural. Disse, ainda, que o terceiro programa seria uma admissibilidade genérica, de como o regulamento tratava a possibilidade de criar turismos, portanto, existiam ações que permitiam novos empreendimentos turísticos em solo urbano, solo rústico e nas áreas de vocação dispersa da península, que estava no regulamento, que seriam operações de iniciativa privada. Referiu a criação dos percursos de lazer e desporto, que eram percursos, que dentro da qualificação ambiental e da proteção do dunar, eram de alguma forma,

para servir para o lazer, para o turismo ou para o desporto. Referiu que a própria agenda cultural, de organização de eventos, em que um se destacava de todos os outros, que era o Campeonato do Mundo de Surf, e um conjunto de outros eventos, que tinham que ser organizados. O professor **Jorge Carvalho** disse que todas as áreas, que têm dinâmicas de turismo e de lazer, sobretudo sazonais, o surf começava a não ser, apenas, sazonal. Referiu que era muito importante, que nos locais, ocorram eventos num plano de eventos periódicos, para, de alguma forma puxar visitantes, sobretudo, nas épocas mais mortas. O senhor Vereador **Rogério Cação** disse que a Consolação tinha uma mais valia, era um microclima, que eram as rochas, que na sua opinião, deviam ser referidas por terem muita procura, e era um tipo de procura que, até do ponto de vista terapêutico, a Consolação era um espaço recomendado, inclusive, internacionalmente, e segundo parecia, aquele microclima só tinha um parecido no Japão. Referiu que sentia uma certa simpatia pela criação do Posto de Turismo Regional, no final do IP6, era um assunto que teria de ser aprofundado, sobretudo, relativamente à solução de estacionamento que teria que ser encontrada. Disse que tinha muitas dúvidas que funcionasse, mas acreditava que seria preciso criar culturas nas pessoas e, na sua opinião, a oferta cultural de Peniche, como elemento de dinamização económica, poderia estar mais vincada. Disse, ainda, que existia um conjunto de atrações, em quase todos os domínios, geológico, biológico e arqueológico, que talvez pudessem ser referência para o desenvolvimento económico, na sua opinião. Referiu que Peniche talvez fosse das zonas que trazia mais geólogos, a nível europeu, por causa das construções rochosas do Ilhéu das Pombas. Relativamente ao desenvolvimento económico, disse ter ideia que, face até à proximidade de Peniche com Lisboa, se deveria apostar, muito, nas chamadas tecnologias de ponta, que deveria ser referido, que são estruturas que, obviamente, cabiam dentro de projetos, que o Parque Tecnológico, talvez, pudesse absorver com alguma facilidade. Disse que, na sua opinião se deveria colocar em foco a apetência que pode existir, para Peniche, receber projetos económicos, na área das tecnologias de ponta, precisamente por estar próximo de Lisboa, que acabava por ser a centralidade do país, embora estivesse um pouco mais abaixo, mas, na sua opinião, Peniche deveria ser um sério candidato a isso, porque a tecnologia de ponta, iria trazer imenso desenvolvimento, referindo que já existiam pistas de que, no caso dos microssatélites, existia a intenção de criar algo em Peniche. Perguntou porque não se poderia potenciar aquela possibilidade, escrevendo como objetivo estratégico do plano, por achar que, talvez, fosse pouco. Disse que se pensava que o turismo era a bandeira de Peniche que, na sua opinião, era importante, porque o turismo é uma frente económica importante, mas não poderia ser a única. Referiu que Peniche tinha o Campeonato do Mundo de Surf, mas havia quem quizesse ficar com ele, falando nomeadamente da Ericeira e de Cascais e, na sua opinião, tinha que se ir muito mais longe, daquele ponto de vista, tendo dito sempre que se Peniche quizesse fixar os seus jovens, referindo que Peniche tem uma escola de excelência, na área da biotecnologia e até da investigação turística, que se poderia potenciar, julgando que deveria haver alguma referência a isso. Disse que se o PDM apontasse para isso, provavelmente obrigaria o Município a criar condições, para que aquele tipo de empresas se instalassem, também. Confessou que tinha dúvidas, relativamente ao Posto de Turismo, sobre o Posto Regional, disse que era uma ideia interessante, que valia a pena aprofundar e, em função das soluções que fossem encontradas para o estacionamento, acha que não se perdia nada em ter lá, de facto, um espaço onde se pudesse deixar os carros, com transportes alternativos, que seria uma forma de educar as pessoas, tendo dúvidas que, num primeiro momento, fosse muito utilizado. Disse que o terreno do Sportágua era valioso e que se tinha de saber, até que ponto poderia por em causa outro tipo de utilizações daquele espaço, que poderiam ser interessantes, do ponto de vista económico e que, na sua opinião, seria uma ideia que valia a pena aprofundar. Disse, ainda, que haviam soluções, que talvez sejam caras, mas que permitiam conciliar aquela visão mais estética e ecológica. Referiu que gostava de ver famílias a deixar lá o carro, levar as bicicletas e visitar um percurso previamente definido, que achava interessante, tendo em conta, os impactos que poderia

provocar. O senhor **Presidente da Câmara** disse que estava de acordo com o essencial do que foi referido pelo senhor Vereador Rogério Cação, mas, na sua opinião, a questão da referência ao Posto Regional, mais do que tudo, seria potenciar possibilidades, em termos de financiamento e de procura. Disse, ainda, que era uma questão de estudo, de projeto e de criatividade. Relativamente à questão do autocarro urbano (Xora), disse que talvez fosse uma oportunidade de negócio e de uma candidatura, que seria interessante e algo diferente do que já existe, e que, também, seria uma possibilidade a encaixar nas oportunidades de fundos comunitários. Disse que o Museu Nacional da Resistência e da Liberdade era um potencial que existia, o Museu Municipal, que de momento não existia, na sua opinião, teria de existir. Referiu que o roteiro das igrejas era um hábito, que já existia, há alguns anos, no Município, que era reativado, particularmente, nas épocas de verão, envolvendo a Misericórdia, a Igreja e o Município, que poderia ser potenciado, e quando houvessem recursos para o fazer, poderia melhorar, substancialmente, e iria ser no futuro, na sua opinião, uma oferta divulgada de forma diferente da que existe hoje, que era um pouco casuística, mas era importante não se perder, por ser uma riqueza extraordinária que o concelho tem, as igrejas. Disse, ainda, que não se tinha que assumir, que iria existir uma forte componente cultural, mas o Município iria ficar, no futuro, com aquela parte enriquecida, com uma oferta de património que qualquer pessoa que aparecesse em Peniche, teria que se dar a carta toda, em relação ao património. Disse que iria ser um roteiro, para além das igrejas, de todo o património que Peniche tivesse para mostrar, para além das Igrejas e do Museu Nacional, Peniche iria ter o Museu da Consolação, porque estava perspetivado assumir o propósito de haver mais equipamentos, depois de se resolver muitas questões. Disse que poderiam aparecer oportunidades, como apareceram nas duas candidaturas, em que uma delas esteve trabalhada no passado, mas que foi trabalhada de outra forma pela equipa da Cultura do Município, que, felizmente, viu uma janela de aprovação no programa. O senhor Vereador **Jorge Gonçalves** relembrou que na última reunião sobre o PDM, no dia 10 de janeiro de 2019, relativamente à questão da ideia do Posto de Turismo Regional, solicitou que lhe enviassem a apresentação que foi feita naquela reunião, sobre o mesmo, porque nem a equipa, nem o senhor Presidente da Câmara lhe enviou, a quem pediu uma reunião de Câmara no dia 14, e que por isso não iria falar sobre a matéria. O senhor professor **Jorge Carvalho** disse que, sobre a instalação de tecnologias de ponta, não deveria haver nenhum local do país que não pretendesse que se instalassem, porque era o futuro. Disse que a questão dos roteiros, talvez fosse algo que se poderia associar à própria ideia do Posto de Turismo, que depois, também, devia ter a divulgação e a criação de um roteiro, que lhe pareceria importante. Disse que a zona tinha todo o potencial para instalar o estacionamento e mais programas, de forma, paisagisticamente, mais harmoniosa, e que as soluções poderiam ser muitas. O senhor Arquiteto **Gil Ribeiro** disse que havia o segundo objetivo do aproveitamento do potencial da área portuária e de fomento das atividades, centradas na economia do mar, que, entretanto, já foi complementado com algumas sugestões, mas que inicialmente, teria três programas, o da pesca e transformação de pescado, a produção de energias alternativas e de investigação científica aplicada. Disse que, na produção de energias alternativas, também se potencia uma dinâmica que já existia nos estaleiros de Peniche, o fomento de mobilização de agentes e apoio estratégico e divulgação. Referiu que no programa de investigação científica estavam previstas duas ações, desde logo, o Parque de Ciência e Tecnologia do Mar, do âmbito do projeto da SmartOcean, e outras ações de fomento, de outros programas, semelhantes, de mobilização de agentes e de aplicação. O senhor Professor **Jorge Carvalho** disse que era importante que, no âmbito do Plano Estratégico, houvesse desenvolvimentos, falava da atividade económica, no sentido explícito. O senhor **Presidente da Câmara** disse que concordava em absoluto, com o que o Professor Jorge Carvalho referiu e que, inclusive, trabalhou mais alguns contributos para entregar à empresa e, também, partilhou os documentos elaborados, do PDM, de onde esperava que saísse, finalmente, o cruzamento daquilo que era possível fazer do documento, com o que o senhor professor Jorge Carvalho falou de

estratégia. O senhor Arquiteto **Gil Ribeiro** disse que um dos objetivos era o reforço da atividade agrícola e da ocupação florestal, naturalmente, com salvaguarda dos impactos negativos, com três programas. O primeiro era o reforço da atividade hortícola, por causa da particular vocação do concelho, o segundo era sobre a manutenção e rentabilização do Pinhal de Ferrel e o terceiro era a valorização do Planalto das Cesaredas, cada um com as suas respetivas ações, sendo que o reforço da atividade hortícola seria, sobretudo, uma ação de agentes privados, com a articulação da mobilização pública. Disse que o Pinhal de Ferrel, sendo um ativo Municipal, seria uma operação de iniciativa Municipal e o plano Intermunicipal para o Planalto das Cesaredas era um plano que envolvia os quatro Municípios, que já existia. O senhor **Presidente da Câmara** disse que, em relação à questão da oferta turística, falou-se da criação de uma associação para o Geoparque, com 5 concelhos, que tinham uma potencialidade de ligação fomentada entre eles, essencialmente com a Lourinhã e com a questão do Parque dos Dinossauros, que deveria ser pensada e considerada, em relação ao reforço da quantificação da oferta turística, na perspetiva regional de ligação entre os concelhos. Relativamente à questão da agricultura, o professor **Jorge Carvalho** disse que, de um modo geral, os planos de ordenamento que têm sido feitos, não têm quase papel nenhum, no domínio da agricultura, que não era uma obrigação legal desenvolver, para além daquilo que existe, embora o professor tivesse dois pormenores regulamentares que o preocupava e que, em bom rigor, gostaria que se introduzisse no próprio regulamento do plano, um relacionado com as pecuárias e outro com as estufas, que se pudessem ser aprofundados, seria bom fazê-lo. Referiu que não seria um imperativo, para acabar o plano, ter o contributo de especialistas na área, mas seria bom criar uma dinâmica, mas que ultrapassava muito o próprio PDM. Relativamente à propriedade municipal, perguntou se não seria melhor, abrir um concurso público para a instalação de um hotel, que de alguma forma, tomasse conta do parque, que o valorizasse, e que o rentabilizasse, em termos do património municipal. O senhor **Presidente da Câmara** disse que não estaria, no imediato, a ver um hotel dentro do Pinhal ou na zona mais próxima das povoações, nomeadamente Ferrel, Casais Mestre Mendo e Serra d'El-Rei, talvez na fronteira norte, virado para a frente do mar, fosse uma possibilidade. Pareceu-lhe que era uma zona de reserva ecológica ou de reserva agrícola, ou as duas e, na sua opinião, todos podiam arriscar e, inclusive, depois da questão colocada, sendo um desafio, cada um poderia visitar ou revisitar todos os espaços, sabendo que, de momento, já deveria estar fechado o Plano de Gestão do Pinhal de Ferrel e o Plano de Prevenção do Pinhal de Ferrel, que estão na fase final, e que haviam pareceres que obrigavam a fazer algumas alterações, tanto num como no outro, que estão a ser estudados. Deu conta que já existiam alguns documentos, que poderiam ser trabalhados com o senhor professor Jorge Carvalho, o senhor Arquiteto Gil Ribeiro e com a equipa técnica do Município. O senhor Vereador **Rogério Cação** disse que teria de se ter muito cuidado, por Peniche ser um concelho com poucas zonas verdes, que, pessoalmente, não via uma estrutura hoteleira, no sentido tradicional, mas um eco resort ou algo do género. Disse que haviam soluções que permitissem conciliar aquilo que era a importância da mancha verde, com uma estrutura hoteleira, vocacionada para um certo tipo de clientes, nomeadamente clientes mais ecologistas, não era algo em que tivesse propriamente pensado e, portanto, seria algo que merecia ser aprofundado. O senhor Vereador **Jorge Gonçalves** disse que, à partida, não descartava a hipótese de olhar para aquela hipótese, mas para olhar para uma hipótese daquela natureza, era importante conhecer o que estava no território, em termos de compromissos, que na prática o Pinhal de Ferrel era um espaço florestal, classificado como tal, referindo que tinha, também, a Reserva Ecológica Nacional e Rede Natura 2000 e, portanto, era importante que tudo estivesse numa carta, para se ver o que depois disso sobrava. Referiu que não estava a ver ninguém, em matéria de ambiente, a prescindir daquilo que era a Reserva Ecológica Nacional, para lá fazer construções, mas para falar da matéria, gostaria de ter uma carta que tivesse aquilo que era o Pinhal, a Exploração de Espaços Florestais, a Reserva Ecológica e a Rede Natura 2000, para saber qual era a localização e saber quais seriam as hipóteses, para se poder estudar

uma solução. O senhor **Vice-Presidente da Câmara** referiu que o espaço era muito frequentado e solicitado por escuteiros. Perguntou até que ponto, não faria sentido fazer lá, um centro de atividades escutistas, algo mais virado para o campismo e para o desfruto da natureza, permitindo criar, eventualmente, algumas condições básicas, que vão sendo solicitadas, referindo-se a casas de banho e pontos de água. O senhor **Presidente da Câmara** disse que a apetência que o Pinhal de Ferrel provocava aos escuteiros, que lá vão muitas vezes, e por não ter as estruturas que deveria ter, em termos de utilização, nomeadamente aqueles que o senhor Vice-Presidente referiu, poderiam ser pensados, mas existia um risco acrescido, na utilização do Pinhal, de uma forma não cuidada, onde não há prevenção. Informou que houve um pequeno incêndio no Pinhal de Ferrel que, felizmente, foi, de imediato, controlado. Referiu que, de vez em quando, haviam sinais de que existia alguma tendência para o acumular de algumas quantidades de madeira, que dava a entender a preparação de uma queima, com alguns propósitos, que preocupam, dando conta que a Proteção Civil estava ao corrente e a GNR estava alertada para a situação. Disse, ainda, que era importante dar mais uso aos espaços, colocar lá mais gente, porque seria uma forma de controlar melhor a situação. O senhor Arquitecto **Gil Ribeiro** disse que, como ponto do fomento da atividade económica, era a oferta de lotes, destinada a atividades económicas, cujo programa era a urbanização do Vale do Grou, e a ação seria a estratégia de fazer, numa primeira fase, a urbanização numa unidade de execução, a dinamizar pela Câmara, com eventual ação substantiva, se fosse o caso. O senhor **Presidente da Câmara** informou que foram adquiridas mais algumas propriedades na unidade um, próxima do nó da IP6, de Porto Lobos. Deu conta que existe, pelo menos, uma empresa de Peniche que pretendia deslocalizar a fábrica para fora da península, podendo ser uma oportunidade para resolver dois problemas, dinamizar a primeira unidade de execução da zona Industrial Vale do Grou e resolver problemas com algumas fábricas dentro da península, que possam ser transferidas para aquela zona. Disse, ainda, que se iria proporcionar a disponibilização de lotes, numa fase posterior, que o processo avançou ao contrário, porque a Câmara deveria ter, há muito, começado a adquirir alguns terrenos e que estava previsto como uma possibilidade. O senhor Arquitecto **Gil Ribeiro** disse que o terceiro objetivo, o da estruturação e regeneração urbana, estava primeiro organizado num objecto, que era a estruturação e regeneração urbana generalizada com quatro programas, em que o primeiro, era o da reabilitação urbana, com duas ações, uma da revisão da tributação e outra, da qualificação do espaço público, em particular, nas áreas centrais, ambas a cargo da Câmara, que o segundo, era o da estruturação e colmatação urbana generalizada, que tinha dois tipos de ação, uma das operações urbanísticas de iniciativa Municipal e outra de operações urbanísticas de iniciativa privada. Referiu que as de iniciativa Municipal seriam para fomentar unidades de execução de cooperação e as de iniciativa privada, a execução seria para aplicação regulamentar, no âmbito do licenciamento ou unidades de execução de iniciativa de interessados. Disse que nos dois últimos programas, os de contenção da expansão urbana e das infraestruturas e o do reconhecimento da estabilização da ocupação rural, a aplicação era, sobretudo, uma aplicação do regulamento. Disse que os dois temas eram os imperativos legais e os imperativos de ordenamento, os outros pontos, no fundo, eram mais específicos para a cidade e outros para as outras povoações, em que o ponto específico para a cidade de Peniche, tinha um grau de desenvolvimento, que já foi justificado, estava organizado em cinco programas, um da valorização do eixo patrimonial da Fortaleza, Fosso da Muralha e Gâmbua, portanto, toda a frente do Fosso da Muralha, começando na Fortaleza e acabando na Gamboa, tinham como ações o espaço do novo Museu da Fortaleza, o concurso público da reabilitação do espaço público do Fosso das Muralhas e o criar da frente urbana da Prageira. Disse que a reabilitação de Peniche de Cima, Peniche de Baixo, a reabilitação urbana, já estavam inscritas na ORU, vai fazer-se a reabilitação dos edifícios e a promoção, sobretudo, da sua efetiva utilização, o combate ao abandono, que depois tinha, por sua vez, o esforço para contribuir essa dimensão, a qualificação do espaço público por parte da Câmara. Referiu que o terceiro programa

era a urbanização do Eixo Central, que seria para ocupar a área central da Península que estava dividido em três ações, urbanizar o troço nascente, o mais próximo da Avenida Paulo VI, conseguir a ligação da Rua do Brasil à Rua Cruz das Almas, de forma a ligar com as vias existentes até à Marginal Sul e a Urbanização, associada à Estrada dos Remédios, de forma a poder ligar, variamente e de uma forma fluida, o centro com o Politécnico e o Santuário dos Remédios. Disse que o programa de valorização da costa que, basicamente, repetia as propostas da proteção da costa da península e, por sua vez, a criação da rede de equipamentos, mas com duas ações que já foram várias vezes mencionadas como necessárias, que era a criação do Pavilhão Multiusos e do Museu Municipal, ambas as obras a cargo do Município. Relativamente à estruturação e regeneração urbana específica para outras povoações, começando pela Atouguia da Baleia, disse que a ação da reabilitação do centro histórico dos edifícios, a integrar numa ORU, e a reabilitação do Centro Histórico, a espaço público. Referiu que os edifícios seriam de dinamização privada e o espaço público seria uma operação a cargo do Município, havendo, também, uma proposta do desvio do tráfego de atravessamento, no ponto de conflito, junto à Igreja da Misericórdia e a criação de um jardim frontal, à terceira, e percursos pedonais, que ligassem até ao centro da povoação. Em relação às propostas para Ferrel e Baleal, referiu a ação de qualificação da frente marítima do Baleal, que inclui classificação ambiental, desvio de tráfego e colmatação urbana, a proposta de execução, a unidade de execução, o alargamento da área central de Ferrel e, também, a qualificação do espaço público, na área central de Ferrel. Relativamente à Serra d'El-Rei para a área central, referiu a qualificação do espaço público e o alargamento, com construção da variante. Disse que, para o aglomerado urbano de São Bernardino - Casais de Geraldês, as ações concretas eram um parque verde, em São Bernardino, uma centralidade panorâmica, nos Casais de Júlio, no ponto entre as povoações de São Bernardino e Geraldês. Relativamente ao Lugar da Estrada, disse que foi proposta a qualificação do estacionamento, na Praia da Consolação, e a variante da área central do Lugar da Estrada. Em relação à Bufarda e ao Alto do Veríssimo, disse que existia a via central da Bufarda, com as três demolições para qualificar e, também, a variante Estrada Nacional, no Alto Veríssimo – Casal do Alto Foz, cuja sugestão era para apresentar às Infraestruturas de Portugal. No aglomerado da Ribafria-Bolhos, do ponto de vista da estruturação da variante, a apresentar da central dos Bolhos, cuja execução se propunha, a unidade de execução de iniciativa Municipal. O senhor **Presidente da Câmara** disse que dependia da visão de cada um, do que se queria prever, em relação ao PDM, sabendo que não seria um simples ditar de possibilidades e de diretrizes para o futuro, que poderão ser assumidas, mas com a consciência de que dependeriam de um conjunto de fatores, nomeadamente do fator financeiro. Disse que eram possibilidades que, em sede de reunião de Câmara iria ter com os Autarcas das Freguesias e, também, quando se iniciar com as sessões abertas à população, onde se iria procurar perceber qual era a sensibilidade, particularmente, de cada uma das pessoas das localidades ou das freguesias. Referiu que algumas das possibilidades que estavam em cima da mesa, nomeadamente a que o senhor professor Jorge Carvalho referiu, dos Bôlhos, em que se tinha de ouvir bem a população, mas que poderia ser mais grave omiti-la do que a assumir, como uma possibilidade, que seria executada se o Município e a população entendessem que era uma necessidade, e que era um objetivo, que beneficiava o concelho, e, particularmente, aquela população. Disse que no caso em concreto, se fossem tomadas outro tipo de medidas para o centro da população, provavelmente, quase excluía a necessidade de o fazer. Disse que se fossem tomadas as medidas a tempo alguns dos edifícios, a possibilidade de a Câmara poder vir a adquiri-los e acabar por proporcionar espaços diferentes daqueles que existem, que poderia potenciar a própria localidade. Disse que as duas opções poderiam estar em cima da mesa, como possibilidades e, a seu tempo, poderia ser visto. Na questão da Estrada Nacional do Alto do Veríssimo, havia um conjunto de interesses, dentro da própria localidade, e de alguns negócios, que poderiam ser prejudicados, e seria interessante que fosse discutido a tempo de proporcionar, alternativas aos empresários que estão localizados num determinado espaço.

Disse que se podia criar condições para que os empresários se pudessem deslocalizar e ficarem melhor localizados, com melhores condições de segurança, e na divergência, deveria procurar-se, dentro da medida do possível, alguns consensos, para melhor servir as populações, sendo que existem sentimentos antagónicos, nomeadamente aquele que existe em algumas populações, de tirar o tráfego e a possibilidade de maior atividade, nomeadamente, comercial, sendo que a alternativa seria conseguir criar alguns espaços para as pessoas estarem ou para lá meterem os seus carros, criando condições de diferenciação nas vilas e aldeias. Defendeu que a partilha e o envolvimento com um maior número de pessoas e de populações, se conseguisse fazer, enriquecia a discussão, mas, também, iria enriquecer com algumas das posições em que não se concorde. Disse que o que interessava, era que o trabalho final resultasse, com o envolvimento de um número máximo de pessoas, que comungam daquele documento e seria a perspetiva de reordenamento que se pudesse proporcionar. Referiu que a questão dos objetivos da estruturação e regeneração urbana generalizada, era uma necessidade. Deu conta que questionou a forma como estavam a ser trabalhadas as propriedades, com vista a majorar ou minorar do IMI, porque era uma grande necessidade, como um incremento para o investimento das pessoas, e que seria importante criar um plano de intervenção. Disse, ainda, que a dificuldade era saber se seria possível libertar alguns dos técnicos, que estavam ocupados com outras áreas, ou se seriam outros técnicos a fazê-lo que, na sua opinião, era uma preocupação de todos os autarcas. O senhor Vereador **Filipe Sales** disse que o senhor Presidente da Câmara deveria ter expressado em papel, um cronograma, para a questão da revisão do PDM, que já começou há alguns anos. Perguntou quando é que achava possível ou desejável ter uma proposta consolidada, aprovada pela Câmara Municipal e remetida à Assembleia Municipal. Perguntou quando é que achava que o assunto iria estar resolvido. O senhor **Presidente da Câmara** disse que o cronograma não dependia de si, mas das equipas que estavam a trabalhar, havendo uma ou outra insuficiência no trabalho que se tinha de resolver. Disse, ainda, que não seria por si que o PDM iria continuar a atrasar-se, o objetivo era tentar aprofundar o que estava a ser feito, fechar o documento, cada um trabalharia o documento que estava em presença, com as alterações que iriam ser feitas, sobre os objetivos, programas e ações, que iria ser partilhado, e que se iriam fechar as sessões com as Freguesias, se tudo corresse bem, dentro de uma semana. Sugeriu que se marcasse uma reunião extraordinária para o PDM, em fevereiro. Disse que depois se iria começar com as sessões públicas, nas três Freguesias rurais, que no caso de Ferrel e da Serra d'El-Rei iria ser feita uma sessão pública em cada uma daquelas localidades, sabendo que a questão de Ferrel iria ter de ser mais trabalhada. Disse que assumiu alguns compromissos, com algumas pessoas, para fazerem contactos pessoais, em relação à unidade de execução do Baleal, mas que não seria impeditivo para avançar. Disse que se iria fazer uma abordagem, dentro da Vila da Atouguia da Baleia em, pelo menos, mais duas ou três sessões, iria fazer-se uma ou mais sessões, em Peniche, dependendo do que se conseguisse fazer e da receptividade das pessoas. Referiu que teria de reunir com uma ou outra entidade, que entendia ser importante, nomeadamente o Centro de Canoagem, porque existe um compromisso e, talvez, se fizesse uma sessão aberta a empresários. Disse que se dependesse de si, antes do verão, o processo estaria fechado, o propósito não era arrastar o processo. Disse, ainda, que o cronograma previsto iria começar pelas Freguesias, algumas aldeias, cidade, uma ou outra instituição, conforme as necessidades. Disse que se o PDM não tivesse de ser por unanimidade ou por consenso, não seria, teria de ir a reunião de Câmara e ser votado e, posteriormente, à Assembleia Municipal, se possível em junho, para que em setembro se conseguisse fechar o assunto. A senhora Vereadora **Cristina Leitão** disse que esteve a ouvir, com atenção, as explicações que foram dadas, quer pelo arquiteto Gil Ribeiro, quer pelo senhor Professor Jorge Carvalho e, também, as notas que foram sendo introduzidas, quando se ia fazendo a abordagem aos documentos. Pediu que, quando fosse atualizado o quadro, que pudesse ser partilhado digitalmente, para se poder trabalhar sobre o mesmo. Em relação aos objetivos, ao regulamento e aos objetivos que foram dados em papel, na

última reunião em que se tratou da matéria, disse que algumas matérias ainda podiam ser introduzidas, mas considerou-se que, talvez da forma como estão organizados, pudessem estar confusos. Disse que o artigo 6.º, que intitula objetivos gerais, incluía as linhas estratégicas, orientação estratégica, alguns objetivos gerais e objetivos específicos. Disse que poderia propor outra forma de dispor, quer os estratégicos, quer os gerais, quer os específicos, onde acrescentaria, eventualmente, o artigo 6.º, objetivos, linhas estratégicas, o artigo 7.º, objetivos gerais e, depois, passaria a ser o artigo 8.º, dos objetivos às ações, ficando depois, os estratégicos para o artigo 92.º, em que o senhor professor Jorge Carvalho determinou como objetivos detalhados. Disse que o Artigo 6.º poderia ser introdutório, relativamente à estratégia, e dentro da estratégia, podia ter a qualificação ambiental e o aumento da resiliência territorial, o desenvolvimento económico, que era mais do que a atividade económica, que lhe parecia muito redutor, que deveria ser visto como uma linha estratégica, mais o desenvolvimento económico. Disse que a regeneração e estruturação urbana podia ser uma linha estratégica e depois uma melhoria do quadro infraestrutural e habitacional. Referiu que, em termos de objetivos gerais, já deviam ser um pouco mais específicos, embora eles fossem gerais. Disse que via como um objetivo, contribuir para o desenvolvimento económico do concelho, através da promoção de atividades do setor primário, em especial, agricultura e pesca, considerando as necessidades associadas à produção, à logística e à especialização, algo que ainda não detalha, mas que, de certa forma, era um objetivo, que tem de ser um pouco mais palpáveis, mesmos os gerais, do que propriamente ter uma pequena nota. Disse que no artigo 92.º, não lhe pareceu que os objetivos estivessem detalhados, parecia mais um programa de execução, que refletia aquilo que estava no quadro, mas um pouco menos aprofundado, o artigo 93.º deveria estar antes do artigo 92.º, por ser um pouco mais genérico, sobre ações, relativamente ao quadro do programa de ação, independentemente da sua forma e de se poder mudar os objetivos, na sua opinião, faltava uma tabela de prioridades. Disse que se poderia ter níveis de prioridade, a vermelho os mais prioritários, a laranja os menos prioritário e a verde os últimos trabalhos a executar, para se perceber, no quadro de ações que era extenso, quais é que eram as prioridades. Disse que os quadros apresentavam um valor genérico, associado a cada iniciativa, relativamente às que partiam da Câmara Municipal, não era pior, ter um valor indicativo que permitisse perceber, por exemplo, no que tocava à construção das circulares, do ponto de vista do número, referindo que em algumas o senhor professor Jorge Carvalho propunha que fossem de iniciativa Municipal, falando da Marginal Norte e da Atouguia da Baleia, mas achava que não devia deixar de ter uma tabela com as prioridades e com os valores de cada ação, porque permitiria definir prioridades, em função de valores. Disse, ainda, que faltavam coisas que estão incluídas nas Grandes Opções do Plano, em orçamento para 2019, que não estavam programadas e que, na sua opinião, não iriam ser executadas, pelo que preferia aguardar que o professor fizesse a retificação do quadro do programa de ações e que visse até que ponto achava importante, ou não, a referência que foi feita, relativamente aos objetivos gerais que, na sua opinião, poderia ser mais trabalhada, referindo que o texto tinha de estar mais coeso. Disse que identificou, na apresentação, algumas limitações que, na sua opinião, limitavam muito a ação, no que toca aos cronogramas que o senhor Presidente da Câmara definiu para a revisão do PDM, eram eles o Plano Estratégico, o Plano de Gestão do Pinhal, a questão dos transportes públicos, a questão do estudo de mobilidade e a questão da agricultura e das operações de reabilitação urbana ou das áreas de reabilitação urbana, que apresentam algumas limitações, e se não se tiver acesso aos estudos, dificilmente o PDM seria consequente. Aproveitou para dizer que foi bom o professor ter iniciado a sua apresentação, falando do Plano estratégico, referindo que em outubro, disse que achava difícil estar a fazer objetivos específicos e objetivos gerais, sem olhar para o plano estratégico e, na altura, o professor Jorge Carvalho respondeu-lhe que se podia fazer um PDM sem olhar àquilo, na altura, discordou e foi ler a ata para perceber se era verdade o que o professor tinha dito. Saudou a abordagem que o professor Jorge Carvalho teve, e isso provava que estavam limitados, também, à

apresentação do próprio Plano Estratégico, que ainda não se conhecia e que iria limitar, em tudo, o que depois era o trabalho do professor Jorge Carvalho naquela revisão. Solicitou ao senhor Presidente, em termos de planos, que estavam a ser executados, que desse conta, concretamente, de quando é que achava que eles poderiam ser apresentados à Câmara Municipal, para ter a possibilidade de os ver, mesmo que não fossem aprovados, mas que pelo menos fossem conhecidos, e poder, de certa forma, compatibilizar as informações daqueles planos, com a apreciação, nomeadamente, no que tocava às questões dos objetivos. Referiu que gostaria de voltar ao assunto, quando houvesse alguma informação dos Planos Estratégicos e quando houvesse a escrita final do professor, relativamente àqueles objetivos, lembrando ao senhor professor Jorge Carvalho, que no documento, relativamente à parte dos equipamentos hoteleiros, na questão do turismo, tinha algumas notas que achava importante serem vistas. Disse, ainda, que gostaria, também, de conhecer a questão do Pavilhão Multiusos, referindo que o professor, nos programas e ações, disse que o Pavilhão Multiusos seria uma operação a cargo do Município e, também, gostaria de conhecer, no concreto, qual seria a proposta para o Pavilhão Multiusos e para o Museu Municipal, que, para além de equipamentos, tse teria que começar a concretizar, porque era importante para a Câmara Municipal terminar algumas ações que tinha que fazer no imediato. O senhor **Presidente da Câmara** disse que a senhora Vereadora Cristina Leitão colocou um conjunto de questões, que entendeu serem pertinentes, para ver como se poderia melhorar e conciliar as posições que cada um tinha. Referiu que havia, da sua parte, uma preocupação, porque era bom que houvesse programas, estudos e planos, que a Câmara não iria ter condições de os fazer e se estiver à espera da mobilidade e do trânsito, para fechar o PDM, teria que se esperar algum tempo. Em relação ao Plano de Prevenção da zona florestal, do Plano de Gestão e do Plano Estratégico, disse que em fevereiro, iria haver condições, esteja como estiver, de partilhar os documentos, relativamente à questão do documento estratégico, deu conta que o documento estava fechado e quando estivesse pronto, seria presente em reunião de Câmara, onde poderia ser melhorado. O senhor professor **Jorge Carvalho** disse que mantinha a ideia de que não precisava de um plano estratégico, para fazer um plano de urbanização. Disse que quando estava a falar de planos estratégico, se teria de ter cuidado, porque, por vezes, os planos estratégicos, eram enunciados de coisas genéricas que não serviam para nada, na maior parte das vezes, que na perspetiva do desenvolvimento económico, no ordenamento do território, eram dicas importantes, que se poderiam e deveriam articular. Disse que tinha a certeza absoluta que o erro básico, que em Portugal se praticava abundantemente, era o de arrastar os planos durante muito tempo. Considerou que a listagem era muito importante, para sobre ela haver mesmo ponderação e decisão política, porque não estavam as ações todas, que de alguma forma, estão associadas ao plano, mas estavam aquelas que lhe parecia importantes. Referiu que quando disse que retirava a variante dos Bôlhos, não propunha no plano que a retire, mas por considerar que a variante não era importante. Disse que a senhora Vereadora Cristina Leitão, tinha razão, porque era algo que não estava feito e que decorria das opções políticas, que era definir prioridades. Relativamente à organização do regulamento, disse que era uma questão de gosto e se fosse inintigível, iria corrigi-lo, mas que era uma questão de forma e não de conteúdo. Relativamente ao último objetivo, a melhoria do quadro infraestrutural e habitacional, o senhor Arquitecto **Gil Ribeiro** disse que estava organizado em quatro objetivos, o primeiro a qualificação da mobilidade dos programas, por um lado, a qualificação da mobilidade quotidiana, com as ações de estruturação, da ligação da rodoviária da rotunda do fim da IP6 à Avenida da Praia, com a variante à Estrada Nacional no Alto do Veríssimo - Casal do Alto Foz, com o desvio de tráfego de atravessamento, nas áreas centrais à povoações, com o percurso de modos suaves, no eixo Atouguia da Baleia, Prageira e Peniche até aos Remédios, e o estudo para a melhoria dos transportes públicos. Por outro lado, com especial relevância, a qualificação da mobilidade, na época balnear, com transações, a criação do Posto de Turismo Regional, com a ligação de transporte sazonal e com toda a rede global de percursos de

modos suaves, complementado por um sistema de aluguer de bicicletas. Disse que o segundo objetivo, era a rentabilização e reforço da rede de equipamentos, com dois programas, o primeiro, porque, como tinha especial relevância dentro da questão dos equipamentos, uma organização da rede de apoio à terceira idade, cuja ação, seria a organização da própria rede de construção dos equipamentos em falta e aproveitamento de edifícios sobre- aproveitados, do ponto de vista de execução, seria feito pelo Município com o envolvimento de agentes privados, por outro lado, o segundo programa era a racionalização da oferta dos equipamentos, que já existia. O senhor professor **Jorge Carvalho** disse que, confrontado os equipamentos existentes, com a população existente e futura, concluiu que, salvo alguma carência pontual, que o concelho estava bem servido de equipamentos, exceto, relativamente à terceira idade, o que não era uma novidade no concelho de Peniche, mas uma situação genérica no país. Disse que quando se viam os rácios de idosos que têm apoio, eram rácios absolutamente pequenos, sendo uma carência global, relacionada com um processo global social. Disse que tirando os idosos, propunha uma intervenção específica naquele nível, não havendo carências significativas, falando do ponto de vista quantitativo. Referiu que quantitativamente, entre a necessidade e o serviço não existem carências significativas, mas existiam algumas que eram muito mais voluntaristas, referindo-se ao Multiusos e ao teatro. Disse, ainda, que existiam equipamentos de grau superior, que não eram propriamente objetos de quantificação, mas um programa com vontade de dar saltos qualitativos. Propôs que se enviasse um relatório de equipamentos, para verificar o que estava feito naquele domínio, que permitisse fazer afirmações. O senhor Arquitecto **Gil Ribeiro** disse que a primeira ação tinha a ver com as poucas carências que existiam, nomeadamente no Baleal e a segunda ação tinha a ver com a atitude genérica, em relação à gestão que era precisa para aqueles equipamentos, o terceiro objetivo era a contenção e racionalização da qualificação das redes de água e de saneamento. Disse que existe, genericamente, uma atitude de contenção e racionalização no regulamento e, em função do relatório feito, relativamente ao estado das infraestruturas, disse que houve algumas propostas específicas para a requalificação da rede de água, nomeadamente o aumento da capacidade do reservatório de Ferrel, o aumento da capacidade de algumas adutoras, e uma atitude genérica de monitorização de melhorias da rede local, sobretudo, a substituição dos sítios onde eram mais antigas. Disse que uma parte da rede era municipal e a outra parte era das Águas de Lisboa e Vale do Tejo e em função disso, as ações seriam da responsabilidade de quem fosse. Disse que o terceiro programa, a qualificação da rede de saneamento, em que era necessário o aumento da capacidade da ETAR da Península e, também, concluir a rede na zona sul da Serra d'El-Rei. Sobre a atitude genérica de melhorias da rede, disse que sempre que se justificasse e, sobretudo, com a perspectiva de separar as redes pluviais com redes de saneamento, onde não acontecesse. Disse que, naquele caso, as ações eram todas a cargo dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, porque nenhuma rede de saneamento era privada. Em relação à terceira idade, o senhor **Presidente da Câmara** disse que, para além da rentabilização e reforço da rede de equipamento, Peniche poderá ter uma apetência natural para a construção de equipamentos privados para a terceira idade. Na opinião do senhor Presidente da Câmara, pode-se juntar a disponibilidade, que provavelmente haverá, a nível de pessoas para trabalhar nesta área, referindo que há concelhos que não o têm, com uma necessidade de reforço substancial na formação, que poderia potenciar esses investimentos, sabendo que algumas das instituições, nomeadamente a EP Serra e a Misericórdia de Peniche, que estariam ou estarão, disponíveis para encarar o reforço desta oferta de serviço. Reafirmou que se existissem investimentos privados de maior qualidade deste serviço, provavelmente podia-se libertar algumas camas ou alguns espaços, que estão a ser usados por algumas dessas pessoas que podem pagar mais, para outras que podem pagar menos. O senhor Presidente da Câmara disse que quando defendeu a possibilidade de construção, mesmo que alguns possam não considerar, que sejam áreas muito apetecíveis, a possibilidade de construção de equipamentos na Marginal Norte, teria a ver com o fator paisagem. Disse que seria uma questão

que podia ser analisada. Disse que o equipamento que foi construído pela Misericórdia, tem uma excelente localização e que deixa satisfeitos, a maior parte das pessoas, por ser perto do Hospital. Em relação à questão da água, o senhor Presidente da Câmara disse que não era o aumento da capacidade reservatória de Ferrel, mas a construção do reservatório de Ferrel, que era uma opção, que em princípio, será tomada, referindo que está consensualizada no Conselho de Administração dos SMAS e talvez na Câmara, será tomada a breve trecho. Disse que a necessidade seria construir um reservatório elevado, com outra capacidade. Em relação à qualificação e aumento da capacidade da ETAR, o senhor Presidente da Câmara disse que iria ser remodelada. Disse que já foi assinado o contrato. O professor **Jorge Carvalho** disse que o conceito de equipamento, seria aquele que, servindo pessoas, seria um ponto de atração, ou seja, um local de encontro e, portanto, local de edificação de vidas locais. Disse que, quando se considerou, para efeitos de programação, não se incluiu os lares, mas aqueles que são pontos, onde as pessoas prestam serviços tipo logísticos. Disse que seria numa perspetiva integrada que se pensa a rede. Disse que uma das coisas que é diversa, e que a seu ver, não tem muito sentido, pensar na lógica dos equipamentos, nos sentidos em que estão a ser prestados, são os lares, que são residências. Referiu que Portugal está a conseguir atrair muita gente da chamada terceira idade, que em função de climas, deixam as suas reformas significativas, e podem ter outras condições de vida, dizendo que Peniche podia ter um papel desse género. Disse que enquanto os centros de dia, inclusivamente o apoio a idosos, que deveria ser muito próximo da residência, para permitir que se deslocassem ou que se deslocassem de lá, para que houvesse energias funcionais de proximidade. Disse que seria evidente que, em determinada altura, numa mesma instituição, elas se podem articular. O senhor arquiteto **Gil Ribeiro** disse que o último objetivo da melhoria do quadro infraestrutural e habitacional, o relacionado com a habitação, em que o objetivo era o fomento da oferta habitacional, que foi organizado em dois programas. Disse que por um lado, é o combate aos edifícios devolutos e degradados, com especial incidência nos centros históricos e nas zonas centrais, e por outro lado, a questão específica da cidade de Peniche, que se quer afinar, como um local de escolha para habitação permanente. Relativamente ao primeiro programa, disse que foi organizado em três ações, que por um lado, são os incentivos e penalizações tributárias, para promover a reabilitação e a efetiva utilização, e por outro lado, mobilizar apoios financeiros para a reabilitação de edifícios e, quando necessário, ações substitutivas do município. Disse que se for necessário substituir, quando os privados não possam, e depois recuperar o dinheiro. Relativamente ao segundo programa, referiu os incentivos fiscais e financeiros, aos proprietários arrendatários, para promover a habitação, com custos controlados, por outro lado, a habitação social, para as situações de grave carência habitacional e o terceiro programa, que se liga muito com a primeira ação, que é a promoção generalizada de ocupações de reabilitação e colmatação urbana, que serão essencialmente de iniciativa privada, mas que devem e podem ser fomentadas pela Câmara de Peniche, que no caso, correspondem a uma série de ações, de que se falou, aquando da estruturação urbana. O professor **Jorge Carvalho** disse que seria interessante e potenciador, que se articule o ordenamento do território, com política de habitação, referindo que não deixam de ser duas coisas, que ganham sempre, como muitas outras, tem de ser tratadas em conjunto, mas que não deixam de ter graus de autonomia. Referiu que a lei diz que se tem de dar pistas de política de habitação no Plano Diretor. Disse que, desde que o fundo de fomento foi extinto nos anos 80, deixou de haver política habitacional, a não ser, enquanto se financiou a compra de habitação própria generalizada, sem se articular com o ordenamento e que por isso, se comprou em todo o lado e depois, a Administração Central empurrou para os Municípios, as questões da política habitacional e depois, nunca mais houve política habitacional, no país. Disse que, quando a política habitacional implica investimentos avultados, tirando algumas intervenções pontualizadas, existe uma grande ausência. Disse que o desafio está traduzido na ideia da reabilitação urbana. Disse que se notava que o atual Governo estava a fazer um esforço grande. Disse que havia todo um conjunto de

legislação a ser organizada, no domínio da política habitacional. Disse que existiam muitos fogos que não estavam a ser arrendados, ou as pessoas não tinham dinheiro para pagar os arrendamentos. Disse que a ideia de conseguir que esses fogos entrem no mercado, para poderem ser arrendados, é a mais importante de todas, que é, essencialmente, de política fiscal. Disse que já se desenhou propostas nesse sentido, muito concretas, no âmbito da ORU, referindo que a própria lei ajuda, a que nessas áreas, haja uma especial incidência, o que não quer dizer que ela não possa, nem deva ser generalizada na aposta. Disse que estavam anunciadas e que se estava à espera, que haja apoios financeiros significativos, ao nível dos juros, porque não se perspetivam fundos perdidos neste domínio, mas perspetivam-se apoios financeiros, no sentido de juro muito baixo. Disse que se perspetivava que as pessoas, para reabilitar os edifícios, possam ter acesso a juros muito baixos, para poder fazê-lo, que terá de ser dinamizado. Referiu que a Câmara tem, como sempre teve, a possibilidade de mandar reabilitar uma casa que está em ruína e a seu ver, face à capacidade financeira Municipal, seria possível, desde que seja pontual. Disse que, quando se fez o diagnóstico habitacional, chegou-se à conclusão que Peniche cidade, é a zona verdadeiramente problemática, por haver população mais idosa, por haver habitação com menos condições e por se estar a perder habitação. Sugeriu que houvesse alguma política de habitação social, ou seja, puxar residentes para Peniche, contrariar a dinâmica negativa que tem acontecido, enquanto que nas outras tem crescido, em Peniche tem decrescido. Disse que a ideia era que o essencial de uma política de habitação a custos controlados ou social, incidissem mais em Peniche do que noutros sítios, por ser onde está a acontecer o maior problema. Disse que a ideia, era que o essencial de uma política de habitação a custos controlados ou social, incidisse mais em Peniche, do que em outros sítios, por ser o local onde está a acontecer o maior problema. Disse que era apenas um sublinhar, face às dinâmicas que aconteceram no tempo transato, que é o ponto onde, havendo uma política geral que se aplica, até do concelho, que devesse ter uma especial incidência na cidade de Peniche. O senhor **Presidente da Câmara** disse que na reabilitação, mesmo para habitação, existem alguns núcleos fora da cidade, vendo a questão da Atouguia da Baleia, em particular, mas não só, com fortes possibilidades de também poder desenvolver, um programa apoiado, de incentivos, para muito edificado que está degradado. Disse que pessoalmente, tinha simpatia, e em determinada altura, viu o IFRU, como uma possibilidade, de programas que pudessem desenvolver dois conceitos, um de trazer pessoas, para habitar nessas zonas, a nível do primeiro andar e nas rés do chão, que pudesse aparecer um desenvolvimento de empresas, serviços, que seria uma forma de dinamizar estas áreas. Em relação à habitação social, o senhor Presidente da Câmara disse que vai haver uma realidade nova, que em princípio, poderá acontecer para 2020, que é a transferência do resto do património, que não é municipal, de habitação social, para o Município, que vem no pacote de transferências de competências de habitação social, onde também traz um conjunto de problemas, mas também, um conjunto de oportunidades de criar, porque existem habitações devolutas há muito tempo, mas também de reabilitá-las. Disse que o problema seria se, depois haverá recursos suficientes para tudo. Disse que, por vezes, os problemas florestais, pelo que aconteceu no país, são uma forma de prevenir, é o contributo para a questão do endividamento. A senhora Vereadora **Cristina Leitão** disse que a questão da Habitação Social, é uma matéria que não foi muito abordada. Disse que tinha alguma dificuldade, neste momento, para tomar uma posição, relativamente a esta matéria, por se conhecer apenas factos genéricos. Disse que o que se sabe, é que existem 1200 fogos de habitação social, no concelho de Peniche, que lhe pareceu muita habitação social, mas também não soube dizer como está o tecido social económico de Peniche, para dizer se é muito ou pouco. Disse que parecia um número muito grande, para um concelho que se quer desenvolvido, do ponto de vista turístico, com outro tipo de estratégia. Disse que a habitação social deve ser um momento transitório na vida das pessoas, que devem ter outras oportunidades de habitação, que não, a habitação social, e por isso, disse que eram menos favoráveis a que se diga que, no fundo, tem de se incrementar esta forma de política habitacional,

por achar, realmente, que se tem de resolver por outra via, e seria nesse sentido, diria que, no que toca aos objetivos, ao programa e às ações, não via de forma clara, medidas ou ações, que pode até não acontecer no âmbito do Plano Diretor, que também devem ser referenciadas, que tenham que ver com a fixação dos jovens no concelho. Disse que Peniche tinha um problema grave, de jovens qualificados, que tem de procurar trabalho, ou que trabalham fora do concelho de Peniche. Disse que seria a fixação de jovens que importa, portanto, são políticas habitacionais que fixem jovens, que só se fixam em Peniche, tendo emprego. Disse que seria um estímulo à criação de emprego, que nestes programas de ação, na parte do desenvolvimento económico e na sua opinião, devia-se pensar como é que se estimula a criação de emprego jovem, no concelho de Peniche. Disse que seria uma matéria que caberia à Câmara Municipal, perceber como é que isso acontece, para que depois, por acrescento, os jovens se possam fixar e as políticas de habitação, sejam direcionadas aos jovens e talvez menos direcionadas à habitação social, resolvendo, no âmbito da habitação social, aquilo que já se tem e aquilo que se vai receber, com a descentralização de competências. Pareceu-lhe que esteja tudo interligado e que não se podia dissociar umas coisas das outras. Disse que eram matérias complexas que, na Câmara Municipal, quando é pedido, no âmbito do PDM, que se tome uma posição, relativamente ao assunto, torna-se difícil, por não conhecerem essas realidades no concreto, quer a realidade da habitação social, quer a realidade do estímulo da criação de emprego, em que a Câmara Municipal, nestas duas matérias, tem que ser a entidade preponderante, para resolver estas matérias, percebendo que depois, em termos de objetivos, não seja fácil concretizar, porque quer num, quer noutra, ainda se está a anos-luz de uma solução desejável. O senhor **Presidente da Câmara** disse que há uma grande necessidade, de avaliar o património, os fogos e as habitações que existem e que o Estado Central quer transferir para o Município de Peniche, que vai ter de ser avaliado, nomeadamente, para poder ser negociado. Disse que uma parte da habitação social da Câmara, particularmente o Bairro do Calvário, que é um património quase todo degradado. Considerou que mesmo o património que foi recuperado e intervencionado, é degradado. O senhor Presidente da Câmara disse que haverá uma necessidade de encarar a reabilitação de parte desses edifícios, se houver essa oportunidade, nessas habitações. Disse que não se podia fechar a hipótese, inclusive, de poder vender, uma parte dos edifícios, alguns deles já em zonas de condomínio partilhado, entre o Município e privados, que a população foi adquirindo, e mesmo dentro do património que Peniche vai receber, vai-se ter de canalizar se se quer ou não, que uma parte desse património, possa também ser vendido, nomeadamente o Bairro da Prageira, o Bairro de Santa Maria, que é uma mistura de património público e património privado. Disse que só depois de toda a avaliação e da sua própria avaliação, se vai saber quantas pessoas estão registadas para ter habitação. Disse que foi feito um processo de confirmação que tem outro número, que não tinha o anterior, que estava desatualizado, para depois fazer a avaliação do património, que na sua opinião, está muito degradado. Como foi dito pela senhora Vereadora Cristina Leitão, são análises que devem ser feitas, na posse de mais dados, que tem de ser desenvolvidos. Disse que uma das dificuldades é saber quem serão os técnicos que vão fazer a avaliação do património, que vem para a posse da Câmara e do outro património, que é da posse da Câmara e que neste momento, não está devidamente a ser acompanhado, referindo-se a questões técnicas, a nível de Engenharia Civil e até a nível de área social. Disse que era uma área muito complexa, em que naturalmente, é apologista que a Câmara deverá receber para transferência de competências, mas que deverá aprofundar, em muito, o conhecimento sobre o que está a acontecer e o que vai derivar da assunção dessa transferência. O senhor professor **Jorge Carvalho** disse que quando se está a falar de política habitacional, não se está a falar de uma política de habitação social, mas de uma política que abrange também, a habitação social. Disse que quando se está a falar de habitação social, não se fala só daquilo que é o património público, mas de património público e de dinamização privada, que também pode ir nesse sentido. Disse que quando o senhor Presidente da Câmara referia que naquelas áreas, não se podia ter rés-do-chão, ou outras funções,

e depois habitação em cima, seria exatamente aquilo que o regulamento diz. Disse que quando se fala de áreas centrais, que são aquelas que estão mais degradadas, o que genericamente era importante, seria ter funções não habitacionais, que se instalassem nas rés do chão, que depois, eventualmente quanto fosse o caso disso, o edifício por cima ter habitação, que seria uma das boas soluções que o próprio regulamento aponta. Quando se disse que Peniche devia atrair residentes, na sua opinião, deviam ser prioritariamente, residentes jovens, para ficarem, para se reproduzirem, para ter extensão no tempo. Disse que quando se pensa em habitação social, era diferente usar o parque que já existe, admitindo que em alguns casos, até seja recomendável vender algum e não todo. Disse que tinha como certo, que uma nova habitação social, nunca deve estar em bairros sociais. Disse que a habitação social deve aparecer, exatamente nas áreas históricas, onde estão fogos vazios, para fazer a mistura social e evitar a guetização. Disse que os novos fogos de habitação social, quer sejam privados, quer sejam municipais, deveriam misturar-se com os outros, exatamente para não juntar e não criar aquelas bombas sociais, que normalmente são os bairros sociais. Disse que era apenas notas, que só mostram, a utilidade de talvez, ter mesmo uma política de habitação, que surgisse na sequência do plano, e que de alguma forma, pudesse complementar as linhas que são apontadas, que sendo genéricas, de alguma forma, vão nesse sentido. Disse que talvez a ideia da habitação social, ligada à reabilitação, pudesse ser assim acrescentada e talvez se pudesse ter também, a ideia de um programa, que a Câmara elaborasse nesse sentido, como uma ação, com uma política de transportes público e também de uma política de habitação que propôs que se acrescentasse como ação. O senhor Arquitecto **Gil Ribeiro** disse que, do ponto de vista da apresentação dos objetivos, estava concluída a apresentação. Pediu para retomar a discussão que estavam a ter, no dia 10 de janeiro de 2019. O professor **Jorge Carvalho** disse que se tinha a noção, de que algumas das propostas, sobretudo as de colmatção urbana, estão, de alguma forma, dependentes da discussão, que podem significar ter de se traduzir num ou noutro ajuste. Disse que era um documento que ficava e que depois se devia ultimar. Chamou a atenção de que seria uma peça tão importante, como uma planta de ordenamento, porque estão a ser definidas as ações importantes. Também chamou à atenção que, uma vez fixado, terão de ser feitas contas, para saber quanto custa, até para fixar as prioritárias, em que podia dar uma sugestão, a seu ver, de quais deveriam ser as prioritárias. Disse que era uma transição, em que, na sua opinião, a questão das opções do que é prioritário, não querendo dizer que as outras opções sejam políticas, mas saber o que é prioritário, são opções muito políticas. Disse que nesse aspeto, a opção política tem de ser determinante. Disse que, de qualquer forma, uma opção política, tende a ser de curto prazo. O senhor **Presidente da Câmara** disse que era um documento, em que cada um trabalhará como entender, novamente, numa próxima reunião, para enviar propostas diretamente para a equipa. Disse que em termos de metodologia, talvez fosse mais lógico, fazer a avaliação e poder partilhar, nomeadamente pelos membros do PSD, para poder avaliar antes de uma próxima reunião. Disse que se ia agendar outra reunião extraordinária para a abordagens dos dois documentos, o do regulamento e dos objetivos, para começar a fechar o documento, dentro da medida do possível. O professor **Jorge Carvalho** disse que havia uma lista de temas a tratar, que se tratou de uma forma muito expedita, sem ser propriamente, objeto de discussão, mais em termos informativos, a que se chamou de questões técnico-jurídicas, a questão das UOPG, as questões das condicionantes e património e a dos equipamentos. Disse que nas gerais, falou-se na rede rodoviária, sendo de assinalar que, relativamente às opiniões emitidas, houve discordâncias que ficaram no ar, ou seja, manteve-se a ideia de que em todos os casos, deve-se pensar nas variantes ao centro, independentemente de o grau de urgência ser ou não, executado, referindo que houve opiniões, no sentido que não deveria ter sido assim. Disse que, no domínio da mobilidade, também se discutiram algumas questões, que também não foram completamente fechadas, dando o exemplo da variante do Alto Veríssimo. Disse ter a ideia de que discutiu muito, de uma forma empolada, a questão do Posto Regional de Turismo. Disse estar convencido que a proposta mantém o essencial

da ideia anterior e que a reforça, e onde houve bastantes dúvidas nesse sentido. Disse que foram temas que não foram completamente fechados. Disse que faltava entrar na questão das áreas urbano rurais, especificamente na península, a questão da edificação em solo rustico, um tema que lhe pareceu importante, porque surge muitas vezes no documento do PSD, que são os espaços verdes e os aglomerados. Disse que também faltava discutir um tema que vinha de trás, relacionado com as autocaravanas. O senhor **Presidente da Câmara** disse que a questão do eixo central era outro assunto que pretendia ver analisado, noutra âmbito. Disse que a questão das autocaravanas estará dependente de um estudo mais aprofundado, sobre a criação de novos espaços, para parques de autocaravanas. Disse que existia a hipótese, fora da península, que tem de ser aprofundada, de uma forma diferente, do que foi feito no passado, de um parque no Casal Moinho ou no Lugar da Estrada. Disse que havia um pedido de parecer, que vai entrar na Câmara, numa determinada área, entre Ferrel e a Atouguia. Disse que, quando se puser à discussão, o PDM, tanto com as freguesias, como depois com a população, provavelmente, poderá haver outras sugestões que vão enriquecer o propósito de estabelecer esses novos espaços e condicionar os espaços de estacionamento, que é algo que aflige. Disse que uma das medidas para provocar essa limitação, vai ser feita pela Câmara em 2019, que é implementar novos sistemas de proibição do estacionamento, junto às arribas da Marginal Norte e inclusive, em alguns espaços na Marginal Sul. Disse que a Câmara devia ter o propósito de criar condições, para quem queira pernoitar no concelho de Peniche, tenham melhores condições, nomeadamente dos serviços prestados, para que possam estar em segurança, e outro tipo de condições que muitas vezes não se discutiu. Disse que mais do que ter o pressuposto de limitar, em muito, algumas dessas áreas, onde se verifica esse estacionamento, poder também, arranjar essas alternativas. Disse que algumas das alternativas, provavelmente serão investimentos privados e não teriam de ser obrigatoriamente municipais. O senhor Arquitecto **Gil Ribeiro** disse que as condições genéricas podiam acontecer em parques de campismo ou caravanismo ou em parques de estacionamento, que tenham uma área adequada, desde que não seja uma área central, que obedeça às disposições legais em vigor e que obedeça aos pressupostos que são o dispor de equipamentos apropriado para o abastecimento de água e despejo de resíduos, proporcionar áreas de ensombramento e de estadia pedonal, minimizar o impacto visual, no espaço público, através de concessão, com o ónus de a Câmara ter de reconhecer que faz falta um parque de autocaravanas naquela zona, que tem de ser complementado com o impedimento de estacionamento de autocaravanas em zonas próprias para o efeito. Relativamente à matéria, a senhora Vereadora **Cristina Leitão**, para contextualizar, referiu que no documento que o PSD elaborou, a única referência que existia à matéria das autocaravanas, era o artigo 70.º, que tinha a ver com espaços para infraestruturas. Disse que, relativamente à matéria, era importante, não só, identificar o do Casal Moinho, que tem uma componente pública municipal, mas também identificar a necessidade de perceber o que era no concreto, em termos de regras. Disse que o PSD levantou a questão da figura, que está na lei, relativamente a Parque de autocaravanas ou a área de serviço. Disse que se tinha de ver, o que dizia a própria lei, que refere que o Parque de Caravanas seria quase como um Parque de Campismo, que tem uma série de obrigações, enquanto que a área de serviço, é uma coisa mais ligeira, talvez mais aquilo que se estava a pensar, são mais áreas de serviço. Referiu que quem viajava para França, percebia bem a realidade das autocaravanas e da sua regulamentação, referindo que resolvem bem, as matérias, relacionadas com as autocaravanas e que muitas das vezes, vê-se áreas de serviço em sítios em que não se está à espera. Disse que as áreas de serviço, em França, são normalmente deslocalizadas dos centros, nas imediações, são áreas verdes, de bosque, referindo que tem fornecimento de água, de luz. Disse que as áreas de serviço não estavam num espaço definido, estavam num campo aberto, normalmente com sebes à volta. Disse que do ponto de vista do PDM, o artigo 87.º, talvez já se caminhe, no que se tem vindo a pedir, embora a senhora vereadora tenha de ver com mais detalhe, a questão das áreas, para os parques. Pareceu-lhe que já se caminha, no sentido do que se estava a procurar, que tivesse versado

na proposta. Relativamente aos espaços verdes, nos aglomerados urbanos, o senhor professor **Jorge Carvalho** disse que, de uma forma, umas vezes genérica, outras vezes específica, é um tema muito abordado no contributo que o grupo do PSD, apresentou ao plano. Disse que, a seu ver, os aglomerados de dimensão significativa, exigem ter uma área verde, com dimensão significativa, com alguma similitude à ideia de parque, que é algo organizado de forma informal, sendo que todos os conceitos evoluíram, há umas décadas, do conceito do parque pulmão, para a ideia do contínuo verde. Disse que já ninguém defendia o parque pulmão, e que se defendia o contínuo verde, por estes serem mais fáceis de gerir, porque são continuidades e porque se organizam com a estrutura da cidade. Referiu que o parque pulmão, é algo que suscitou, sobretudo em cidades não muito grandes, situações de grande insegurança. Disse que os pequenos aglomerados não precisam de todo, de parques, por estarem envolvidos por espaço rústico, mas sobretudo de jardins, que se associam muito a conceitos de praça, referindo que o conceito de praça e jardim, pode ser um misto dos dois conceitos. Não obstante, achou-se que as outras povoações são pequenas, que não justificam zonas verdes grandes, mas apesar disso, abriu-se três exceções, provavelmente em concordância com a maior parte do que é dito no documento, de forma avulsa. Disse que na zona Ferrel- Baleal, deve haver uma zona de parque, que foi proposta, concordando que seja reforçado, mas que não tenha a ver com a vivência local. Disse que quando se fala em vivência local, dos residentes, fala-se de praças jardins. Disse que na zona Baleal-Ferrel, justifica-se que haja uma zona de parque, pela sua capacidade de atração, não tanto dos residentes, porque se concentram mais nas zonas centrais, mas mais pela oferta alternativa, ao turista que procura a praia. Relativamente à zona Consolação-Lugar da Estrada, disse que seria bom que houvesse uma zona verde entre as duas localidades, no sentido do espaço verde, que complementa a atração turística que a praia oferece. Sobre uma terceira exceção, que é proposta e que, relativamente à qual, ainda não se chegou a acordo, que é a Atouguia que, por um lado, tem uma povoação maior que as outras, e que por outro lado, existe a Barragem, que dá um potencial enorme. Na sua opinião, parecia ser um contrassenso, apostar numa zona verde na Atouguia da Baleia, que não seja para potenciar as vistas sobre a barragem. Disse que seria naturalmente aquilo que lhe podia aumentar a presença da Atouguia da Baleia e a sua capacidade de atração, que é a sua relação com a barragem. Disse que a zona verde essencial, que deve haver, na Atouguia da Baleia, a seu ver, devia ser na relação com a barragem, que na sua opinião, é quase óbvio. Disse que, relativamente a zonas verdes, com alguma dimensão, que de alguma forma, se aproximam vagamente do conceito de parque, porque seriam zonas de estadia informal, são as propostas, que estão a ser acrescentadas ao que estava no documento, a ideia, de uma zona, entre Consolação e Lugar da Estrada, e o reforço que já estava a ser previsto, para Ferrel-Baleal. Disse que nas aldeias mais pequenas, as zonas verdes, a seu ver, devem ser muito associadas aos centros, e em alguns casos, significavam mesmo, estudos de detalhe, a que não se chegou. Disse que se ia aproveitar pequenos espaços e de alguma forma, muito misturado, entre o conceito do espaço público e do verde. Disse que nas suas propostas, aparecem muitos amarelos e verdes. Disse que nas zonas centrais, entre o amarelo e verde, não há distinção profunda, querendo dizer que é espaço público, e que depois de cada espaço público, pressupõe projetos. Disse que em muito deles, não seria fácil encontrar à escala em que estão a trabalhar, o sítio onde isso pode acontecer, mas em alguns deles pode-se encontra-los e propõem-se procurá-los e acrescentá-los, porque em alguns casos, ainda existe espaço livre para apontar algum local. Relativamente a questões, que estão colocadas no documento, que se articulam com a questão das variantes, disse que o conceito defendido para as populações, seria que um tráfego de atravessamento significativo do centro, deve-se organizar a prazo, por vezes num curto prazo, a seu ver, o desvio desse atravessamento. Disse que o bom desvio desse atravessamento, é o que se mantém, o mais próximo do centro possível, porque se for muito afastado, vai-se desperdiçar o potencial que a própria circulação atribui, em termos de evidências. Defendeu a variante, o mais próximo possível do centro, que significativa passar quase

sempre, por interstícios mínimos, e teria sido por isso, que fez tanta questão que se marque. Disse que seria importante fazer com que a própria centralidade, se estenda até à via, para que se crie uma interface que aproveite a circulação. Disse que nos espaços, onde a via se aproxima do centro e onde entra na povoação, é muito importante que exista um alargamento de espaço, e onde tenha a possibilidade de criar sinergias económicas. Disse que, nesses espaços, para que a construção não se concentre em cima da via, marcava-se sempre verde ou amarelo. Disse que garantiu, por um lado, uma receção condigna e por outro lado, uma visibilidade, para não ter problemas de conflito e circulação. Relativamente às várias observações, disse que se propõe reforçar a zona verde, para Ferrel-Baleal, acrescentar uma zona verde, entre o Lugar da Estrada e a Consolação. Disse que se mantinha a ideia de que, independentemente de haver o verde, que a Junta de Freguesia tem referido, era importante ter uma zona verde, que face às vistas e o desfrute, relacione a povoação com a Albufeira. Também propôs que, em algumas povoações se procure, eventualmente, localizar algumas zonas verdes, nos sítios onde possam ser próximos dos centros. Em relação à questão dos espaços verdes, a senhora Vereadora **Cristina Leitão**, disse que via com satisfação, a inclusão das propostas, que não eram propostas de desenho, mas propostas da necessidade, que o PSD entendeu existir, porque entendeu que, nos aglomerados urbanos, existem áreas muito urbanas, muito consolidadas e por vezes, muito desordenadas, e o espaço verde ajuda, a que estes impactos possam ser mais dissimulados. Disse que os espaços verdes acabam por fazer um quadro, um pouco mais favorável, do ponto de vista da paisagem, na relação entre a paisagem urbana e a paisagem natural. Em relação ao Lugar da Estrada, disse que seria preferível estar um amarelo. Disse que a outra proposta para o Lugar da Estrada, era uma aspiração antiga dessa localidade, a questão de ter um parque, para as pessoas poderem circular. Sobre o Parque de Caravanas, lembrou que a Câmara Municipal discutiu sobre um terreno Municipal, encostado à Consolação, que se pensou que podia ser um local informal, até para uma área de serviço para as autocaravanas, que tem um pavimento. Em relação às questões das variantes, disse que o PSD não recusou a totalidade das variantes, mas recusou aquelas em que o seu custo-benefício é muito reduzido. Disse que o PSD rejeitou, liminarmente, a variante da Atouguia da Baleia, que podia ser um ponto, que para si, faria toda a diferença. Disse que o PSD não rejeitou a segunda fase, porque vem resolver todo o atravessamento, que entra na Atouguia da Baleia, que vem de Ferrel e que quer ir para o IP6, deixam de passar pela Igreja de São José. Disse que quando a solução estiver concretizada, vai resolver o problema do atravessamento dos carros, que vão à Atouguia da Baleia, para terem de ir para Ferrel. Disse que não se justificava o Município estar a empreender em algo que não fará sentido, quando todo o trânsito vai circular nessa via e vai-se resolver. Disse que o PSD aceitou uma e não aceitou a outra, por achar que vai ser a solução mais viável, para além do ponto de vista da eficiência dos recursos e dos custos. Disse que o Município tinha onde mais investir, do que investir numa via que não serve a todos. Disse que neste particular, dificilmente vai haver acordo. Deixou a reflexão, de que a maior parte do trânsito que lá circula, quer ir para Ferrel e para isso, teria de ir ao Largo de São José. Disse que enquanto não houver alternativa de ir ao largo de São José, vai torna-se uma coisa completamente diferente. Disse que uma das iniciativas culturais que aconteceram na Atouguia da Baleia, nos últimos seis ou sete anos, foi a utilização desse espaço, logo que reabilitado, para fazer um evento cultural, teatral, cénico, em que toda a gente reclama por isso, quase anualmente, mas os promotores dessa iniciativa, fazem-no pro-bono e não teriam tempo para mais, porque foi feito um primeiro espetáculo e foi exigido, quase todas as semanas, um segundo espetáculo, igual ao primeiro. Perguntou como é que nesse local, se ia propor um enquadramento, que é uma via. Quis acrescentar que a Junta de Freguesia apresentou os roteiros do património, no início deste mandato, fez um estudo detalhado, e catalogou-se uma série de locais de interesse patrimonial, cultural, histórico e arquitetónico, e fez-se roteiros. Disse que para completar os roteiros, é preciso algum investimento. Disse que havia alguns percursos pedonais que tinham de ser dignificados. Disse que se teria de fazer um acesso

pedonal largo, que depois leve a passar pela Fonte de São Leonardo, que leve a ir ao Castelo, tudo em pedonal, para que as pessoas possam lá circular e passear, e que possam ir da Fonte Gótica, à Fonte de São Leonardo, ao Castelo, que ia valorizar. -----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 157/2019: Para efeitos de execução imediata, a Câmara deliberou aprovar a minuta da presente ata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. -----

ENCERRAMENTO:

Sendo dezasseis horas e vinte e cinco minutos, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Ana Carriço*, Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, em regime de substituição, subscrevo. -----

APROVAÇÃO:

A presente ata foi aprovada e assinada na reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 3 de junho de 2019, tendo sido deliberado dispensar a sua leitura, por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963. -----

O Presidente da Câmara Municipal,

(assinado no original)

A Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística,
em regime de substituição

(assinado no original)
